



Os Indicadores Relativos à Gestão do Capital de Giro Antes e Depois da Adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil

Taís Duarte Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
taisduartes@yahoo.com.br

Gilberto José Miranda
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
gilbertojm@facic.ufu.br

Resumo

As questões a respeito da adoção das normas internacionais na contabilidade têm sido assunto frequentemente discutido, buscando-se entender os possíveis impactos percebidos nas empresas após a promulgação da Lei 11.638/2007. Assim, o presente trabalho teve como objetivo comparar os indicadores da administração do capital de giro, antes e após a adoção da referida Lei, sendo esses: capital circulante líquido, necessidade de capital de giro, saldo em tesouraria e índice de liquidez. Para tanto, foi realizado um estudo descritivo, utilizando-se a análise documental, a partir de demonstrações contábeis, e com abordagem quantitativa. A amostra do estudo foi composta por 35 setores da economia, calculando-se, assim, os indicadores de todas as empresas desses setores, referente ao período que compreende os anos de 2004 a 2013, o que permitiu a comparação de um período de quatro anos antes e quatro anos após a adoção das normas internacionais. A fim de identificar variações significativas nos indicadores, foi utilizado o teste não paramétrico *Mann-Whitney*. Os resultados apontaram mudanças significativas nos indicadores CCL, ST e IL_{NCG} , não havendo mudança significativa no indicador NCG, o que sugere que os ativos e passivos financeiros sofreram mais alterações do que os ativos e passivos operacionais.

Palavras-chave: Lei 11.638/07, Necessidade de Capital de Giro, Saldo em Tesouraria, Liquidez, IFRS.

Introdução

A promulgação da Lei 11.638/2007 no Brasil trouxe diversas mudanças no que diz respeito ao processo de elaboração das demonstrações contábeis, como a forma de reconhecer, mensurar e registrar elementos patrimoniais. Assim, a adoção do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) fez com que o modo de realizar a contabilidade modificasse o que poderia causar impactos na análise dos relatórios contábeis.

Para Tonetto Filho e Fregonesi (2010), as mudanças na contabilidade percebidas no Brasil são reflexos do contexto mundial. Os países que optaram para a convergência internacional



tiveram que adotar as novas normas, tendo em vista que surgiu, nesse momento, necessidade da padronização da contabilidade em busca de melhorias para atender ao mercado global.

Observando o processo de internacionalização, Silva *et al* (2011) afirmam que o padrão IFRS está sendo rapidamente aceito em diversos mercados desenvolvidos e que, por isso, poderá se tornar a única linguagem contábil existente. Destacam os autores que, mesmo com as dificuldades e com o longo tempo, a convergência contábil é o meio de se obter a harmonização rumo ao padrão mundial.

A harmonização da contabilidade é essencial no desenvolvimento da análise financeira das empresas, pois informações mais claras e compreensíveis diminuem a assimetria informacional e contribuem para o processo de tomada de decisão. Há de se destacar, porém, que, enquanto as mudanças não estiverem claras para seus usuários, essas podem causar dificuldades na interpretação da análise financeira (BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009).

Nesse contexto de convergência, é questionável o processo de análise da situação econômica e financeira das empresas, pois o mesmo poderia também ser alterado. Surge então a seguinte questão: os indicadores relativos à gestão do capital de giro sofreram alterações significativas após a adoção, no Brasil, dos padrões internacionais de contabilidade?

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral comparar os indicadores necessidade de capital de giro (NCG), saldo em tesouraria (ST), capital circulante líquido (CCL) e indicador de liquidez (IL_{NCG}) antes e após a adoção dos padrões internacionais de contabilidade. Para tanto, foram identificadas as mudanças advindas da Lei 11.638/2007 e os possíveis impactos nos indicadores da gestão do capital de giro. Posteriormente, foram analisados os demonstrativos financeiros, calculando-se os indicadores para a realização da comparação dos mesmos, quatro anos antes e quatro anos após a publicação da supramencionada Lei.

Com a adoção das novas normas contábeis, os desafios foram surgindo, o que resultou em uma busca de mais qualidade na informação contábil. Desse modo, a pesquisa justifica-se por identificar os impactos na gestão de capital de giro das empresas que podem ser considerados, atualmente, fundamentais na análise econômico-financeira dos empreendimentos.

Conforme afirma Vieira (2008), a administração do capital de giro visa à continuidade do equilíbrio financeiro de uma empresa. Entende-se, assim, que as alterações nos indicadores pesquisados podem trazer reflexos financeiros e econômicos dentro do ambiente empresarial.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, apresenta-se a introdução e, em seguida, o referencial teórico, o qual discorre sobre a gestão do capital de giro e os reflexos da Lei 11.638/07 nesses indicadores. A terceira parte trata dos aspectos metodológicos; já a quarta parte apresenta a análise dos resultados e, por fim, têm-se as considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 Análise da Gestão do Capital de Giro

A análise das demonstrações contábeis permite conhecer a respeito da situação econômica e financeira de uma empresa. No que se refere especificamente à sua situação financeira, destaca-



se que essa deve estar baseada no estudo dos indicadores que demonstram o reflexo das decisões relacionadas ao capital de giro e ao seu equilíbrio financeiro (ASSAF NETO, 2010).

Rogers *et al* (2006) afirmam que a análise dos relatórios contábeis é imprescindível para o levantamento das informações sobre o desempenho e situação econômico-financeira da empresa, porém os autores ressaltam que o resultado das empresas pode se diferenciar bastante conforme as normas. Desse modo, o uso de alguns indicadores auxilia o processo da análise.

Nesse sentido, os indicadores são relevantes na análise das demonstrações contábeis, uma vez que contribuem para a compreensão da saúde financeira da entidade. Ainda, eles podem ser considerados como uma relação numérica entre contas, que permite entender a relação entre determinados elementos das demonstrações, esclarecendo sua análise (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Para Martins, Miranda e Diniz (2014), o Capital Circulante Líquido, a Necessidade de Capital de Giro e o Saldo em Tesouraria são índices relevantes na manutenção do equilíbrio da situação financeira da empresa. Vieira (2008) afirma que há ainda outro indicador, obtido pela proporção entre NCG e ST, também relevante para a análise financeira. As fórmulas do cálculo desses índices são evidenciadas no quadro abaixo.

Quadro 1: Indicadores da administração do capital de giro

Índice	Fórmula
Capital Circulante Líquido (CCL)	(Ativo Circulante – Passivo Circulante)
Necessidade de Capital de Giro (NCG)	(Ativo Circulante Operacional – Passivo Circulante Operacional)
Saldo em Tesouraria (ST)	(Ativo Circulante Financeiro – Passivo Circulante Financeiro)
Indicador de Liquidez (IL_{NCG})	(Saldo em Tesouraria/ I NCG I)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Martins, Miranda e Diniz (2014) e Vieira (2008).

Martins, Miranda e Diniz (2014) afirmam que, se o CCL é positivo, há mais aplicações na empresa do que fontes de financiamento. Analisando o CCL, Marques e Braga (1995) afirmam que, quando esse é positivo, significa que as origens de longo prazo suplantaram as necessidades de investimento de longo prazo e foram aplicadas no ativo circulante da entidade.

Quanto à necessidade de capital de giro, Martins, Miranda e Diniz (2014) afirmam que isso demonstra a parte do ativo operacional que não é financiada por passivos operacionais. Para Matarazzo (1997), a NCG é essencial não somente para análise financeira, mas também para análise de caixa, estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade. Percebe-se, assim, a sua importância nas análises econômico-financeiras realizadas em uma entidade.

Segundo Assaf Neto (2010), a NCG sofre influências diretas dos prazos operacionais e dos níveis de produção e vendas, ou seja, o investimento para capital de giro pode ser modificado em virtude dessas variáveis. Desse modo, a NCG pode ficar limitada, por isso, o autor afirma que esse indicador pode ser calculado em dias de vendas, fiando, assim, menos sensível às alterações nas atividades da empresa. Para tanto, basta calcular a NCG, conforme estabelecido no Quadro 1, dividindo-se pela receita líquida anual.

Já o saldo em tesouraria, de acordo com Marques e Braga (1995), pode indicar o nível de adequação da política financeira utilizada pela administração. Quando esse saldo se apresenta positivo, indica que há mais recursos que dívidas de curto prazo e, quando está negativo, pode demonstrar que há dificuldades na situação financeira da organização.



Por fim, tem-se o IL_{NCG} , que, segundo Vieira (2008), quanto mais negativo, pior estará a situação financeira da empresa. De acordo com Machado, Machado e Callado (2006), a questão a respeito do financiamento do capital de giro tem ganhado espaço e sendo sempre discutida. Os autores afirmam que a administração do capital de giro é relevante para as entidades e, ao mesmo tempo, é um desafio para os gestores.

Em concordância com a importância da administração do capital de giro, Silva *et al* (2012) destacam que essa é essencial e que merece a devida atenção dos gestores, já que uma gestão imprópria pode causar uma situação de insolvência nas entidades. Além disso, os autores enfatizam que a análise das demonstrações contábeis da empresa, notadamente, sobre a gestão do capital de giro, poderá auxiliar nas decisões dos usuários.

Ao analisar a relevância dos indicadores do capital de giro, entende-se que alterações nesses indicadores podem refletir na análise financeira da empresa. Assim, apresenta-se no próximo tópico, como a adoção das normas internacionais pode ter afetado os indicadores anteriormente mencionados, bem como o processo de análise das demonstrações contábeis.

2.2 A Gestão do Capital de Giro e as Alterações Trazidas pela Adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade

Com base no contexto atual, considerando as alterações ocorridas após a promulgação da Lei 11.638/2007, torna-se relevante entender o que afeta o processo de análise das demonstrações contábeis das entidades. Nesse sentido, são apresentados alguns estudos que tratam dessa questão (MIRANDA, 2008, BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009, MARTINS; PAULO, 2010; CUNHA *et al.*, 2013, SILVA *et al.*, 2011, BRAGA *et. al.*, 2011, RIBEIRO *et al.*, 2013 e SILVA, 2014).

Miranda (2008) pesquisou sobre os possíveis impactos do uso das normas internacionais nos indicadores econômico-financeiros de bancos de países da União Europeia. O estudo calculou os indicadores antes e após a adoção das IFRS, para que fosse possível realizar a comparação. Foi feita, posteriormente, a análise quantitativa, a qual apontou a existência de impactos das normas internacionais em alguns indicadores. Os autores afirmam que os resultados do estudo demonstram que as normas internacionais podem mudar significativamente os indicadores econômico-financeiros dos bancos.

No cenário nacional, Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) pesquisaram seis empresas classificadas no nível de governança corporativa da Bovespa que haviam publicado suas demonstrações contábeis de 2008 no padrão brasileiro e no padrão IFRS, sendo elas: Eternit, Gol, Lupatech, Renar, São Carlos e UOL. Os autores verificaram se haviam mudanças nos indicadores econômico-financeiros após a adoção das IFRS e encontraram diferenças nos indicadores, positivas e negativas e, em alguns casos, nenhuma diferença. Entretanto, por meio de um teste estatístico, as diferenças não foram significativas, o que, segundo os autores, demonstra que não há assimetria de informação nessas empresas.

Buscando também identificar o impacto nos indicadores de desempenho causados pela adoção das IFRS, Martins e Paulo (2010) analisaram treze empresas listadas na BM&FBovespa, que publicaram suas demonstrações no período de 2007 a 2009, de acordo com as normas brasileiras e, também, conforme as IFRS, sendo elas: Ambev, Eternit, Gol Lupatech, Mangels,



Positivo, Renner, Romi, Santander, São Carlos, Souza Cruz, TAM e UOL. Os autores concluíram que houve variações positivas em alguns indicadores e negativa, em outros, apontando, porém, que essas diferenças entre as duas normas (BR GAAP e IFRS) têm diminuído, principalmente, com o crescimento da convergência brasileira aos padrões internacionais.

Analisando os principais indicadores econômico-financeiros, Silva *et al* (2011) buscaram identificar possíveis variações causadas pela adoção das normas internacionais. Os autores investigaram 54 empresas da BM&F Bovespa, pertencentes ao índice Ibovespa, no primeiro quadrimestre do ano de 2011. A escolha das empresas se deu pelo fato de essas serem as que apresentam mais negociações, podendo indicar o comportamento do mercado. Esses autores encontraram diferença significativa apenas no índice de composição de endividamento, inferindo que essa variação foi positiva com a adoção das IFRS.

Atingindo um número maior de empresas, sendo 75 companhias listadas na Bovespa, que republicaram suas demonstrações do ano de 2007, e analisando alguns indicadores econômicos financeiros, o ativo imobilizado e o lucro líquido, o estudo realizado por Braga *et al* (2011) apresenta resultados semelhantes. O estudo apontou, também, uma mudança significativa (aumento) somente no índice de endividamento, não apresentando todos os demais componentes estudados mudanças relevantes com a republicação.

Já Cunha *et al* (2013), em virtude da nova lei, pesquisaram sobre os reflexos causados nos indicadores contábeis, quais sejam: Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, Rentabilidade sobre o Ativo, Crescimento das Vendas, Liquidez Corrente, Composição do Endividamento, Margem Líquida e Giro do Ativo. Esses autores analisaram 16 empresas do setor consumo cíclico, subsetor tecidos, que possuíam todas as demonstrações do período de 2000 a 2008, tendo concluído que não houve mudanças significativas, ou seja, a Lei 11.638/07 não alterou esses indicadores.

Em um estudo baseado nos relatórios financeiros das empresas brasileiras, pertencentes ao Índice Brasil-100, Ribeiro *et al* (2013) investigaram os indicadores econômico-financeiros, variáveis do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, conforme as normas BR GAAP e IFRS, totalizando dezenove variáveis. Os resultados apresentaram resultados positivos para doze variáveis e, segundo os autores, isso significa um favorecimento na avaliação econômico-financeira das empresas.

Em relação à situação financeira das empresas, com a edição da Lei 11.638/2007, Silva (2014) identificou, a partir de seu estudo em trinta e cinco setores da economia, que houve uma tendência de crescimento para os indicadores de liquidez corrente e liquidez seca. Os resultados apontam que as normas internacionais levaram ao aumento desses indicadores.

Para Tonetto Filho e Fregonesi (2010), a utilização das normas internacionais de contabilidade acarreta mudanças significativas no reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos. Esses autores ressaltam ainda que essas alterações de reconhecimento e mensuração poderão alterar a estrutura de capital das empresas.

Considerando os estudos citados, pode-se perceber que a adoção das normas internacionais tem acarretado mudanças nos indicadores utilizados no processo de análise das demonstrações contábeis. Nesse sentido, como se apresenta clara a relevância da administração do capital de giro na presente análise, importante se torna atentar para os quesitos que têm causado alterações e que podem interferir na decisão dos usuários.



Analisando as alterações trazidas pela Lei 11.638/2007, Silva (2014) identificou as mudanças que afetaram as contas patrimoniais de ativo e passivo circulante, classificando-as em três tipos: mudanças na classificação das contas, mudanças nos critérios de avaliação das contas e mudanças no reconhecimento ou desconhecimento das contas. O autor buscou, posteriormente, demonstrar os reflexos dessas alterações nos índices de liquidez.

Para este estudo, será demonstrado como as alterações promovidas pela Lei 11.638/07, conforme estudo de Silva (2014), impactaram os indicadores da administração do capital de giro, sendo considerados CCL, NCG e ST. O Quadro 2 apresenta essas mudanças.

Como se pode perceber, o Quadro 2 evidencia as alterações acima referenciadas, no que se refere à classificação de contas. Além disso, são descritas as contas que sofreram mudanças, demonstrando quais são os possíveis impactos nos indicadores de capital de giro. Para tanto, Silva (2014) utilizou os sinais de “+”, “-” e “n/a” que indicam, respectivamente, quando a conta pode alterar de forma positiva, negativa ou não sofrer nenhuma alteração.

Quadro 2: Mudanças nas classificações de contas e possíveis impactos nos indicadores de gestão do capital de giro

Alterações	Conta	Até 2007	Após adoção dos CPCs	CCL	NCG	ST
Classificação de Contas	Disponibilidades	1) Contas bancárias com saldo negativo deveriam figurar no Passivo Circulante.	Foi aberta uma exceção referente às operações de cheque especial ou conta corrente garantida.	n/a	n/a	n/a
		2) Aplicações com vencimento inferior a noventa dias eram classificadas como liquidez imediata.	Itens sujeitos a mudanças significativas de valor (ex: moeda estrangeira ou <i>commodities</i>) não são classificados em disponibilidades.	n/a	n/a	n/a
	Contas a Receber	3) A conta duplicatas descontadas registrada como conta credora, reduzindo a conta de duplicatas a receber.	A conta duplicatas descontadas passa a ser registrada como item do passivo circulante.	n/a	n/a	n/a
	Ativos Especiais e Despesas Antecipadas	4) Ativo realizável a longo prazo mantido para venda ou referente à operação descontinuada não sofria reclassificação.	Ativo não circulante mantido para venda ou decorrente de operação descontinuada passa a ser classificado como ativo circulante.	+/-	n/a	+/-
	Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações	5) Dividendos a pagar classificados em outras obrigações e dividendos propostos classificados dentro de provisões. Tais valores já aprovados em assembleia.	Dividendos classificados na conta de Dividendos Obrigatórios a Pagar. Reconhecido apenas o dividendo mínimo obrigatório definido em estatuto da empresa. Valores adicionais proposto deverão ser registrados em conta específica no PL.	+	n/a	+
	Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Outros Títulos de Dívida	6) A conta de encargos financeiros era composta apenas pelos juros dos empréstimos.	A composição dos encargos financeiros incluem juros e todas as despesas (e receitas) incrementais (taxas, comissões, prêmios, etc).	-	n/a	-
		7) Não cumprimento de cláusulas contratuais poderia ocasionar em reclassificação de toda a dívida para o curto prazo, exceto, quando acordado com o financiador.	Não cumprimento de cláusulas contratuais obriga a empresa a reclassificar toda a dívida para o ativo circulante. Exceção, apenas se acordado com o credor antes da data do balanço.	-	n/a	-

Classificação das Contas	Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Outros Títulos de Dívida	8) Gastos com a colocação das debêntures ou notas promissórias no mercado eram registrados como despesas antecipadas.	Os gastos com a colocação das debêntures ou notas promissórias fazem parte do custo efetivo de captação, devendo serem registrados como encargos financeiros.	+	n/a	+
		9) Os prêmios com a emissão de debêntures ou notas promissórias eram contabilizados diretamente no PL, como reserva de Capital.	Os prêmios com a emissão de debêntures ou notas promissórias passam a ser registrados em conta no passivo.	-	n/a	-
	Imposto sobre a Renda e Contribuição Social a pagar	10) Imposto diferido poderia ser classificado como circulante ou de longo prazo, tanto no ativo como no passivo.	Imposto diferido só pode ser classificado no passivo ou ativo não circulante.	+/-	+/-	n/a

Fonte: Adaptado de Silva (2014)

Legenda: “+” impacto positivo; “-” impacto negativo; “n/a” não afeta o indicador; “+/-” impacto pode ser positivo ou negativo.

A partir da leitura do Quadro 2, é possível identificar as alterações em itens de ativos e passivos que podem alterar os indicadores de capital de giro, ressaltando, assim, como o processo de convergência internacional tem afetado o processo de análise nas empresas. Percebe-se que as alterações nas contas de “Disponibilidades” e “Contas a Receber” não podem provocar nenhum impacto nos indicadores de capital de giro, visto que as mudanças foram apenas de realocação dentro dos mesmos grupos do balanço.

Já nas demais contas, deve-se destacar que a maioria afetou os ativos e passivos circulantes financeiros, logo, alterando o CCL e ST. Essas mudanças foram referentes à questão do prazo, aumentando ou diminuindo o ativo ou passivo circulante e também a reclassificação, visto que contas que eram de resultado passaram para o ativo ou passivo. Nas contas de “Ativos especiais e Despesas Antecipadas”, Silva (2014) afirma utilizar o caso de ativos não circulantes mantidos para venda, pelo fato de essa ser a conta que mais se aproxima do grupo em questão. O autor complementa que a reclassificação provoca aumento do ativo e passivo circulante. Entende-se, assim, que as mudanças poderão afetar o CCL e NCG de forma positiva ou negativa.

Complementando acerca das contas alteradas, no grupo “Fornecedores obrigações fiscais e outras obrigações”, como definido pela norma, os dividendos adicionais passam a ser classificados no patrimônio líquido, havendo, com isso, uma redução do passivo circulante, o que afetará positivamente o CCL e ST.

Já a conta “Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Outros Títulos de Dívida” é a que apresenta mais alterações. Ocorrendo inclusão de outros itens na conta dos encargos financeiros, o que leva ao aumento do passivo financeiro, o CCL e o ST serão afetados negativamente. Em relação ao não cumprimento das cláusulas não contratuais, houve aumento do

ativo circulante, o que impactará os indicadores CCL e ST, também, de forma negativa. Tem-se ainda a emissão de debêntures, o que provoca redução no passivo, afetando positivamente os indicadores CCL e ST. E, por fim, os prêmios com debêntures provocam aumento no passivo circulante, impactando negativamente o CCL e o ST.

Quadro 3: Mudanças nos critérios de avaliação e possíveis impactos nos indicadores de gestão do capital de giro

Alterações	Conta	Até 2007	Após adoção dos CPCs	CCL	NCG	ST
Critérios de avaliação	Contas a Receber	1) Valor realizável líquido.	Avaliado pelo valor realizável líquido, porém, ajustado a valor presente.	-	-	n/a
		2) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.	+	+	n/a
	Instrumentos Financeiros	3) Avaliados pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois, o menor.	Avaliado pelo valor justo.	+/-	n/a	+/-
	Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações	4) As contas eram avaliadas pelo valor de custo.	O saldo deverá ser ajustado a valor presente.	+	+	n/a
	Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Outros Títulos de Dívida	5) As obrigações são registradas pelo valor atualizado na data do balanço.	Além do registro pelo valor atualizado, a empresa deverá ajustar a valor presente o saldo da conta.	+	n/a	+

Fonte: Adaptado de Silva (2014) Legenda: “+” impacto positivo; “-” impacto negativo; “n/a” não afeta o indicador; “+/-” impacto pode ser positivo ou negativo.

Pode-se perceber que a adoção dos CPC’s trouxe mudanças significativas no que tange ao processo de avaliação de algumas contas, tanto do ativo quanto do passivo, o que, conseqüentemente, pode afetar os indicadores de capital de giro e a própria avaliação da empresa.

As mudanças de avaliação acarretaram na obrigação da utilização do ajuste a valor presente, o que afeta a contabilização. No grupo “Contas a Receber”, haverá que se debitar a conta de ajuste a valor presente, reduzindo-se o ativo e creditando-se uma conta de receita financeira (MARTINS *et al*, 2010). Logo, essa alteração poderá afetar de forma negativa os indicadores CCL e NCG, uma vez que haverá uma redução do ativo.

Ainda no “Contas a Receber”, no item 2, as normas internacionais demonstram que não se deve mais utilizar a conta provisão, adotando-se, então, a conta perda estimada em créditos de liquidação duvidosa. Conforme afirma Silva (2014), essa alteração faz com que haja um aumento no saldo dessa conta, afetando positivamente os indicadores CCL e NCG.

Outras alterações advindas do uso do ajuste a valor presente ocorreram nas contas de “Fornecedores, Obrigações Fiscais e Outras Obrigações” e em “Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Outros Títulos de Dívida”, provocando o ajuste uma redução nas contas de passivo, logo, em ambos os casos, altera-se o CCL, bem como o NCG do grupo “fornecedores” e o ST do grupo de “empréstimos”.

Ainda acerca das mudanças na avaliação, surge a obrigação de se utilizar o valor justo, o que ocorre na conta de “Instrumentos Financeiros”, o que pode alterar o CCL e ST, tanto de forma positiva, quanto negativa. Desse modo, conforme demonstrado através dos Quadros 2 e 3, ocorreram mudanças de classificação e avaliação de contas que podem afetar os indicadores do capital de giro. Ressalta-se que, de acordo com Silva (2014), não houve nenhuma alteração no que se refere ao des(reconhecimento) das contas.

Para Gilio (2011), a convergência às normas contábeis no Brasil, por meio das IFRS, causou mudanças significativas na contabilidade financeira, já que apresentou uma estrutura conceitual que levanta a questão da essência sobre a forma para o reconhecimento, mensuração e evidenciação da contabilidade. Entende-se, desse modo, que essas mudanças podem contribuir para a aproximação da contabilidade financeira e gerencial.

A partir da interpretação dos Quadros 2 e 3, percebe-se que as mudanças advindas da adoção das normas internacionais podem afetar os indicadores econômico-financeiros de uma empresa. Esse fato foi também encontrado por Silva *et al* (2011), que identificaram em seu estudo variações nos indicadores. Mesmo não sendo alterações significativas, os autores entendem que as normas brasileiras estão de acordo com os padrões internacionais, visto as variações percebidas. Percebe-se, também, que a maioria das mudanças ocorridas demonstra aumento nas contas de ativo e redução nas contas do passivo, o que leva a inferir que as normas trouxeram, nesse aspecto, redução no que se refere ao conservadorismo da contabilidade (SILVA, 2014).

Conforme demonstrado na literatura, as normas internacionais têm acarretado mudanças significativas na contabilidade financeira, logo entende-se que a contabilidade gerencial também será impactada por essas mudanças. A análise das demonstrações contábeis, essencial para o conhecimento da situação econômico-financeira de uma entidade, apresentará os reflexos dessas alterações.

3 Aspectos Metodológicos

Para o cumprimento do objetivo deste estudo, realizou-se análise de estudos anteriores que identificaram as mudanças das normas internacionais. Assim, foi possível demonstrar os possíveis impactos nos indicadores: capital circulante líquido, necessidade de capital de giro e saldo em tesouraria.

Assim, quanto aos seus objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, que, conforme Martins (2000), ocorre quando há a descrição das características de um determinado grupo, podendo instituir relações entre os componentes desse grupo; já quanto à abordagem, classifica-se como quantitativa, que se define pelo uso de instrumentos estatísticos em seu processo de coleta e análise dos dados (GIL, 2006).

Em relação à coleta de dados, foram consultadas as demonstrações contábeis das empresas classificadas por setores disponíveis no site do Instituto Assaf. Compõem o banco de dados do Instituto as empresas brasileiras de capital aberto que têm as demonstrações contábeis disponibilizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ainda, esta pesquisa utilizou-se de análise documental, que, segundo Gil (2006), é o estudo a partir de materiais sem nenhum tipo de tratamento e que ainda podem ser modificados.



Assim, a amostra da pesquisa foi composta pelos 35 setores da economia disponíveis no site do Instituto Assaf, o que totaliza mais de 500 empresas, abrangendo o período de 2004 a 2013, conforme descrição apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 – Setores pesquisados

Aço	Lazer, Cultura e Entretenimento
Água e Esgoto	Máquinas
Alimentos e Bebidas	Metais
Auto Peças	Mineração
Calçados	Papel e Celulose
Cimentos e Agregados	Perfumaria e Cosméticos
Comércio em Geral	Química Básica
Concessionárias Transporte	Química Diversificada
Construção Civil	Serviços de Saúde
Cultivos da Natureza	Serviços de Transporte
Dist. de Gás Natural	Serviços Diversos
Eletrodoméstico	Serviços Educacionais
Eletrônicos	Serviços de Telecomunicações
Energia Elétrica	Software e-commerce
Extração de Petróleo	Varejo Linhas Especiais
Ferrovias	Veículos Terrestres e Aéreos
Hotelaria	Vestuário
Indústria de Materiais Diversos	

Fonte: Elaborado pelos autores

Para análise, a amostra foi dividida em duas partes: a primeira, referente a um período de quatro anos antes da adoção das normas internacionais, de 2004 a 2007, e a segunda, quatro anos após a adoção, do ano de 2010 a 2013. Observa-se que os anos de 2008 e 2009 não foram pesquisados, visto que esse foi o período em que acontecia a adoção parcial das normas internacionais.

Após a coleta de todo material, foi realizado o cálculo dos indicadores CCL, NCG, ST e IL_{NCG} , a partir das fórmulas demonstradas no Quadro 1 e convertidas em dias de faturamento. Em seguida, foram analisados esses indicadores, comparando os dois períodos para verificar se havia diferença significativa de médias.

Para tanto, utilizou-se do teste de normalidade *Kolmogorov-Smirnov* a fim de identificar a distribuição dos dados. Os resultados do teste demonstraram que a distribuição não é normal, sendo assim, utilizou-se, posteriormente, o teste não paramétrico *Mann-Whitney*.

O teste de *Mann-Whitney* é um teste não paramétrico que busca identificar se duas amostras independentes apresentam médias iguais, em um determinado nível de significância. Assim, são atribuídos postos às observações, como se fossem parte de uma amostra única (CHAN; SILVA; MARTINS, 2007). Os resultados são apresentados no próximo tópico.

4. Análise dos Resultados

A amostra utilizada para o estudo é composta por 35 setores da economia, conforme indicado anteriormente. Os indicadores CCL, NCG, ST e IL_{NCG} foram calculados de forma individual para cada empresa e consolidados por setor para cada ano do estudo, sendo seus valores apresentados em dias. Entretanto, para aplicação do teste de *Mann-Whitney*, a amostra foi separada por período, analisando-se todos os setores de forma conjunta, no período anterior e posterior à adoção das normas internacionais.

A Tabela 1 apresenta os valores médios e a soma dos indicadores nos dois períodos analisados, conforme teste de *Mann-Whitney*, já possibilitando a visualização de algumas alterações.

Tabela 1 – Comparativo dos valores médios e soma entre os dois períodos

Indicadores	Período	Média	Soma
CCL _{dias}	anterior	125,82	17237,00
	posterior	151,90	21266,00
NCG _{dias}	anterior	146,65	20091,50
	posterior	131,51	18411,50
ST _{dias}	anterior	113,91	15606,00
	posterior	163,55	22897,00
ILD _{dias}	anterior	118,04	16172,00
	posterior	159,51	22331,00

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a Tabela 1, percebe-se que os indicadores CCL, ST e IL_{NCG} apresentaram acréscimo nas médias e soma dos postos, comparando-se o período antes e após adoção das normas. Destaca-se que o indicador NCG foi o único a apresentar queda entre os períodos.

Na Tabela 2, são demonstradas as diferenças de médias pelo Teste de *Mann-Whitney*, comparando-se os períodos anterior e posterior à adoção da Lei 11.638/07, com base em um nível de significância de 0,05. Percebe-se, assim, uma variação significativa em três dos quatro indicadores.

Tabela 2 – Diferença dos Indicadores antes e após adoção da Lei

Itens	CCL _{dias}	NCG _{dias}	ST _{dias}	ILD _{dias}
Mann-Whitney U	7784,000	8541,500	6153,000	6719,000
Wilcoxon W	17237,000	18411,500	15606,000	16172,000
Z	-2,709	-1,573	-5,156	-4,307
Asymp. Sig. (p-value)	,007	,116	,000	,000

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme pode ser observado pela Tabela 2, os indicadores CCL, ST e IL_{NCG} apresentaram o *p-value* menor que o nível de significância utilizado no estudo, e o NCG apresentou *p-value* maior. Dessa forma, os resultados do teste não paramétrico indicam que os



indicadores CCL, ST e IL_{NCG} apresentaram diferenças significativas entre o período anterior e posterior à promulgação da Lei 11.638/07; já o NCG não apresentou diferença estatisticamente significativa.

Esses resultados se assemelham aos encontrados por Silva (2014), que investigou os mesmos setores, encontrando diferenças significativas nos indicadores de liquidez corrente e liquidez seca. Infere-se que as alterações percebidas nesses indicadores podem ser advindas dos mesmos fatores que provocaram as mudanças nos indicadores de capital de giro, uma vez que ambos os indicadores utilizam, em sua formação, elementos dos ativos e passivos circulantes.

Já ao analisar as diferenças apresentadas nos indicadores, infere-se que as alterações percebidas nos indicadores CCL e ST podem ter ocorrido devido às alterações promovidas pela Lei 11.638/07, conforme apresentadas no referencial teórico nos Quadros 2 e 3, visto que essas poderiam causar aumento ou redução dos ativos e passivos e, conseqüentemente, alterar tais indicadores. A existência de variação positiva ou negativa em indicadores econômico-financeiros também foi percebida por Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) em estudo com algumas empresas de capital aberto.

O indicador NCG, porém, apresentou comportamento diferente dos demais. Analisando-se a Tabela 01, tem-se que esse indicador apresentou variação negativa, porém, estatisticamente, essa variação não foi significativa. Esse fato sugere que os ativos e passivos financeiros foram mais impactados, em virtude da Lei 11.638/07, dos que os ativos e passivos operacionais, o que confirma os dados apresentados nos Quadros 2 e 3. Ressalta-se que, mesmo não apresentando diferença significativa, o NCG apresentou alguma diferença, o que indica que também apresentou reflexos das mudanças na contabilidade.

Quanto ao IL_{NCG} , entende-se esse como um indicador que pode servir para complementar a análise da situação financeira da empresa. Calculado com base no ST e NCG, o indicador apresentou variação significativa, acompanhando o comportamento do saldo em tesouraria.

Em síntese, os resultados encontrados indicam que os indicadores econômico-financeiros, no caso, os indicadores de capital de giro, sofreram alterações após a adoção da Lei 11.638/07. Estudos similares com outros indicadores também encontraram diferenças, como os de Miranda (2008), Ribeiro *et al* (2013) e Silva (2014).

5. Considerações Finais

O processo de análise das demonstrações contábeis é uma atividade importante no suporte à tomada de decisões por parte dos usuários, notadamente, credores e investidores. Assim, alterações nos procedimentos contábeis merecem atenção, pois podem afetar os índices utilizados nas decisões dos usuários internos e externos à companhia. A adoção dos padrões internacionais foi, sem dúvida, uma das maiores mudanças ocorridas na contabilidade brasileira desde a edição da Lei 6.404 de 1976.

Diante desse contexto, o objetivo do trabalho foi o de verificar se ocorreram mudanças significativas após a adoção das normas internacionais nos indicadores de capital de giro, quais sejam, CCL, NCG, ST e IL_{NCG} . Para tanto, apresentou-se, inicialmente, como algumas alterações da lei poderiam impactar esses indicadores e, posteriormente, realizou-se análise em 35 setores da economia, em um período de quatro anos antes e quatro anos após as mudanças. Destaca-se que o



período de estudo compreende os anos de 2004 a 2013, porém os anos de 2008 e 2009 foram desconsiderados, devido ser esse o período de transição da lei.

Coerente com as alterações ocorridas nas contas que compõem o ativo e passivo circulantes, os resultados do estudo apontam que os indicadores CCL, ST e IL_{NCG} apresentaram variação significativa entre os períodos analisados, mostrando-se maiores após a adoção dos padrões internacionais. O indicador NCG não apresentou variação significativa.

De modo geral, infere-se que as alterações advindas da adoção das normas internacionais podem ter contribuído para a ocorrência dessas variações. Deve-se ressaltar, porém, que há também outros fatores que podem contribuir com essas mudanças, como aspectos relacionados à economia ou até fatores internos das empresas.

Dessa forma, o presente estudo buscou promover a reflexão sobre os impactos da Lei 11.638/07 na administração do capital de giro, visto sua importância na análise da situação financeira das empresas. Destaca-se, ainda, as limitações do estudo, visto a análise ter sido realizada nos setores de forma conjunta. Assim, para estudos futuros, sugere-se que seja feita uma análise de forma que possa demonstrar as diferenças de cada setor, separadamente, visto que a atividade da empresa pode influenciar nos resultados dos indicadores.

Considerando que os indicadores da administração do capital de giro são essenciais na avaliação financeira das empresas, o presente estudo contribuiu em demonstrar como as mudanças na contabilidade podem ter afetado o processo de avaliação da situação financeira das entidades.

Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBOSA NETO, J. E.; DIAS, W. O.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez. 2009.

BRAGA, J. P.; ARAUJO, M. B. V.; MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J. Análise do impacto das mudanças nas Normas Contábeis Brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007. **Revista Contemporânea em Contabilidade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 105-128, jan./jun. 2011.

CHAN, B. L.; SILVA, F. L.; MARTINS, G. A. Destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados: comparação entre empresas estatais e privadas. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p.199-218, out./dez. 2007.

CUNHA, P. R.; SANTOS, V.; HEIN, N.; LYRA, R. L. W. C. Reflexos da Lei n.º 11.638/07 nos indicadores contábeis das empresas têxteis listadas na BM&FBovespa. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 7, n. 2, art. 1, p.112-130, abr./jun. 2013. Ok
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



GILIO, L. **Aproximação entre contabilidade gerencial e contabilidade financeira com a convergência contábil brasileira às normas IFRS**. 2011. 110p. Dissertação-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

MACHADO, M. A.V.; MACHADO, M. R.; CALLADO, A. L. C. Análise dinâmica e o financiamento das necessidades de capital de giro das pequenas e médias empresas localizadas na cidade de João Pessoa, PB: um estudo exploratório. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, São Leopoldo, v.3, n.2, p.139.149, mai./ago. 2006.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2000, 116 p.

MARQUES, J. A. V. C.; BRAGA, R. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p. 49-63, mai./jun. 1995.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, O. S.; PAULO, E. Reflexo da Adoção das IFRS na Análise de Desempenho das Companhias de Capital Aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 30-54, mai./ago. 2010.

MARTINS, E., GELBCKE, E. R., DOS SANTOS, A., IUDÍCIBUS, S. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2013.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 1997.

MIRANDA, V. L. **Impacto da adoção das IFRS (International Financial Reporting Standards) em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia**. 2008. 107 p. Tese de Doutorado- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

RIBEIRO, R. B.; CARLESSO NETO, O.; LEMES, S.; TAVARES, M. Impactos da Adoção das IFRS nas Empresas Brasileiras pertencentes ao Índice Brasil: uma avaliação por meio dos métodos de *kruskal-wallis e cluster analysis*. **Recont: Registro Contábil**. Maceió, v. 4, n. 3, p. 71-88, set./dez. 2013.

ROGERS, D.; REZENDE, C. F.; LEMES, S.; MELO, D. C.; ALMEIDA, M. D. Análise dos índices econômico financeiros das demonstrações contábeis da Companhia Siderúrgica de



Tubarão em diferentes normas (IFRS, US GAPP e BR GAAP). In: SEMEAD–SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, IX, 2006. São Paulo. *Anais...* São Paulo: 2006.

SILVA, I. S. **IFRS e o novo patamar dos índices de liquidez no Brasil**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014.

SILVA, B. A. O.; MAMEDE, V. F. V.; NOGUEIRA, S. G.; TAVARES, M. Comparabilidade dos Indicadores Econômico-financeiros das Demonstrações Financeiras em BrGaap e Ifrs. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, VIII, 2011. Resende. *Anais...* Resende: 2011.

SILVA, J. O.; SANTOS, V.; HEIN, N.; LYRA, R. L. W. C. Nível informacional entre a análise tradicional e avançada do capital de giro. **Revista Pretexto**. Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p.40-56, abr./jun. 2012.

TONETTO FILHO, V.; FREGONESI, M. S. F. A. Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, X, 2010. São Paulo. *Anais...* São Paulo: 2010.

VIEIRA, M. V. **Administração Estratégica do Capital de Giro**. São Paulo: Atlas, 2008.